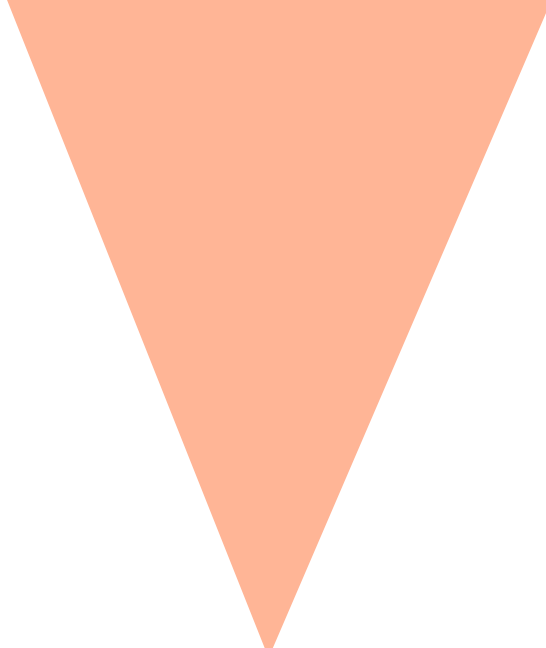




NEGACIONISMO CLIMÁTICO E OS INTERESSES DO CAPITAL

*reflexões sobre o projeto
obscurantista e a atuação
dos intelectuais*

Valdir Damázio Júnior¹

Hanen Sarkis Kanaan²

Juliana Niesborski³

-
- 1 Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do departamento de Matemática da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). E-mail: valdir.damazio@udesc.br
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professora da rede pública estadual de educação de Santa Catarina no curso de magistério e ensino médio. E-mail: hanensc@gmail.com
 - 3 Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral (UFPR). Professora da Prefeitura Municipal de Matinhos (PR). E-mail: juliana.niesborski@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho analisa como as mudanças climáticas antropogênicas estão diretamente relacionadas às contradições presentes no modo de produção capitalista, destacando o papel da ideologia neoliberal e dos intelectuais orgânicos ao capital na ocultação dessa problemática. Argumenta-se que um projeto obscurantista, sustentado por pseudociências e falta de rigor ético e científico, busca minar a credibilidade do conhecimento científico contribuindo para a inércia social frente à crise ambiental. Com base nos escritos e estratégias de atuação de Gramsci, discute-se a função dos intelectuais na disputa pela hegemonia. Conclui-se que o enfrentamento ao obscurantismo exige uma crítica estrutural ao capitalismo e a formação de intelectuais orgânicos às classes subalternas capazes de iniciar um processo de transformação intelectual e moral da sociedade.

Palavras-chave: Crise climática; Obscurantismo; Neoliberalismo; Intelectuais orgânicos.

ABSTRACT:

This paper analyzes how anthropogenic climate change is directly related to the contradictions present in the capitalist mode of production, highlighting the role of neoliberal ideology and organic intellectuals aligned with capital in concealing this problem. It is argued that an obscurantist project, supported by pseudosciences and a lack of ethical and scientific rigor, seeks to undermine the credibility of scientific knowledge, contributing to social inertia in the face of the environmental crisis. Based on Gramsci's writings and strategies of action, the role of intellectuals in the dispute for hegemony is discussed. It is concluded that confronting obscurantism requires a structural critique of capitalism and the formation of organic intellectuals from the subaltern classes, capable of initiating a process of intellectual and moral transformation of society.

Keywords: Climate crisis; Obscurantism; Neoliberalism; Organic intellectuals.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho destacamos que as mudanças climáticas antropogênicas não são apenas fruto de problemas de gestão ou descaso, mas estão diretamente relacionadas às contradições do modo de produção capitalista e aos interesses de classe. Dado as diretrizes de crescimento exponencial e de acumulação infinita de capital, capitalismo e degradação ambiental constituem dois polos de uma contradição insuperável internamente ao modo de produção capitalista.

Diante disso, buscamos analisar algumas condições necessárias para que essa contradição seja ocultada enquanto raiz do problema, levando a letargia e inércia da população frente a tão relevante temática. Consideramos que, na disputa pela hegemonia, a ideologia neoliberal necessita se valer de um projeto obscurantista que visa minar a credibilidade dos conhecimentos sistematicamente produzidos, essenciais para a atuação política no que diz respeito aos atuais desafios de nosso momento histórico.

Um dos fatores indispensáveis para que o projeto em questão obscurantista tenha se desenvolvido nas últimas décadas é a constante atuação de intelectuais ligados aos interesses do capital. De acordo com Gramsci (2001), a atuação dos intelectuais é um elemento

fundamental na captação do consenso das classes subalternas e na disputa pela hegemonia.

Ainda que para Gramsci (2001), poderíamos dizer que “todos os homens são intelectuais”, uma vez que não é possível separar claramente atividade física e atividade intelectual, “[...] nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18).

No que diz respeito ao nosso tema em questão, a ocultação das contradições do capitalismo que levam ao aprofundamento dos problemas ambientais por meio de um projeto obscurantista, a atuação dos intelectuais nesse processo também exerce um papel fundamental. Nesse caso, os intelectuais que contribuem continuamente para o fortalecimento do obscurantismo vão desde jornalistas, influenciadores digitais, políticos, cientistas, professores etc.

O que chama a atenção nesse ponto específico é que dada a natureza da questão climática, a atuação de intelectuais atrelados aos interesses do capital só é possível mediante a falsificação e deturpação de conhecimentos científicos consolidados. Não raro, esse projeto obscurantista flerta com o negacionismo científico, com pseudo-ciências, com a perseguição a intelectuais comprometidos com o rigor científico e preceitos éticos, com perseguição às universidades e demais instituições produtoras de conhecimento e dados etc.

Diante das características peculiares da atuação desses intelectuais e das dinâmicas contemporâneas de difusão de concepções obscurantistas, as contribuições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na desestabilização da classe trabalhadora tornam-se especialmente relevantes. Sua análise e denúncia do papel exercido por intelectuais na manipulação teórica como mecanismo para induzir letargia e ofuscar os antagonismos de classe oferecem um instrumental valioso para compreensão e combate ao projeto obscurantista em curso.

É o caso, por exemplo, das análises de Gramsci referentes aos intelectuais lorianistas⁴, que se caracterizavam principalmente pela

4 O termo lorianismo foi criado por Gramsci tendo como referência o pensador italiano

“[...] falta de organicidade, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, frouxidão e indulgência ética no campo da atividade científico-cultural, etc.” (GRAMSCI, 2001, p. 257). Ou seja, um grupo de “[...] intelectuais que não são rigorosos em suas pesquisas e em seus argumentos, nem quanto ao método e nem quanto à ética” (SCHLESENER, 2024, p. 131).

Diante da atual necessidade de enfrentamento ao obscurantismo e aos intelectuais que contribuem para a hegemonia do capitalismo e de todo o desequilíbrio e destruição ambiental indissociável a esse modo de produção, acreditamos que as proposições feitas por Gramsci para combater os intelectuais lorianistas podem contribuir para pensarmos em formas de enfrentar o obscurantismo atual. Sua perspectiva, que passa em grande medida pela função social dos intelectuais, auxilia na reflexão sobre a formação de dirigentes e intelectuais organicamente ligados à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável.

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CONTRADIÇÃO CAPITAL-NATUREZA

Os atuais problemas que envolvem a crise climática e seus desdobramentos políticos, econômicos, culturais e educacionais em suas múltiplas dimensões não podem ser vistos apenas como efeitos colaterais e solucionáveis dentro da ordem estabelecida. Não se trata apenas de um processo que se desencadeia com o aumento das emissões de gases do efeito estufa que se iniciam com o processo de industrialização. Tal análise determinística desconsidera as dimensões econômicas, políticas e ideológicas envolvidas.

Esse processo se intensifica ao longo do século XX e resiste em ter sua ordem alterada no século XXI, apesar do vasto

Achille Loria (1857 - 1943). Gramsci foi bastante crítico da influência de Loria sobre os operários e sobre o partido socialista italiano, denunciando constantemente a falta de rigor metodológico e ético de Loria.

conhecimento científico das causas dos problemas e da urgente necessidade de tomadas de decisões que revertam as causas materiais (aparentes) do problema.

O sistema capitalista, completamente baseado, desde a Revolução Industrial, em combustíveis fósseis, é o responsável pela crise ecológica atual, e, em particular, pela mudança climática. Sua lógica irracional de expansão e acumulação infinitas, desperdício de recursos, consumo ostentatório, obsolescência programada, produtivismo obcecado com a busca do lucro a qualquer preço, está levando o planeta à beira do abismo (LÖWY, 2021, p. 478).

Assim, no modo de produção capitalista, a relação do capital com a natureza representa dois polos de uma contradição que impossibilita qualquer solução sustentável no que diz respeito à questão climática. Isto porque “[...] esse sistema impõe o crescimento exponencial, incita a destruição ambiental e destrói o tecido social enquanto aumenta a concentração de poder e riqueza” (HARVEY, 2022, p. 74).

Dada a própria lógica do capital de maximização de lucros e de crescimento exponencial do capital, associado ao fato de que vivemos em um ambiente com uma quantidade finita de recursos, a reprodução das condições existentes torna-se uma tarefa impossível.

Ou seja,

operando em descompasso com a natureza, promove a destruição dos recursos naturais e evidencia um desequilíbrio entre a crescente necessidade de produção de mercadorias e a incapacidade do planeta de prover recursos naturais no mesmo ritmo para atender a essa demanda. (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 156).

Assim, qualquer ação séria que colocasse o equilíbrio ambiental e o bem-estar das pessoas como prioridade seria uma real ameaça à reprodução do modo de produção capitalista. Por outro lado, enquanto as diretrizes de crescimento exponencial, maximização

de lucros e a manutenção do poder e privilégios de uma minoria em detrimento do planeta e demais seres humanos permanecerem como hegemônicas, a degradação ambiental e humana seguirá seu curso como sacrifícios necessários à lógica do capital.

A contradição entre capital e preservação ambiental nos coloca diante de uma importante questão: trata-se de uma contradição que, embora relevante, não compromete estruturalmente a dinâmica capitalista, permitindo sua continuidade; ou os problemas provocados pelas mudanças climáticas podem chegar ao ponto de inviabilizar a própria lógica de reprodução capitalista?

Mesmo que exista a possibilidade (e os prognósticos científicos não são nada animadores) de que os problemas ambientais levem a uma desestruturação produtiva e social do que conhecemos, não podemos contar com o bom senso das elites (e do conjunto de intelectuais que representam os seus interesses) para que abram mão de seus privilégios.

O atual estágio dos conhecimentos produzidos sobre a crise climática já seriam mais do que suficientes para engendrar ações efetivas em um mundo em que a racionalidade e o bem comum fossem as diretrizes principais. Porém, por mais contraditório que possa parecer, racionalidade, bom senso e preceitos éticos não são os únicos elementos que influenciam a atuação de intelectuais em uma sociedade marcada pela divisão de classes e em constante disputa pela hegemonia.

Em um modelo de produção onde o crescimento infinito e a maximização de lucros são as diretrizes principais, mesmo ações ditas ecológicas e “preocupadas” com a preservação ambiental, oriundas de concepções teóricas e de intelectuais bem intencionados, mas não detentores do devido rigor científico, ético e metodológico, são postas a serviço da maximização de lucros no curto prazo e na manutenção dos interesses de classe. Isso porque “[...] todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa). Sendo assim, tudo depende do propósito dos projetos socioeconômicos e

ecológicos: bem-estar das pessoas ou taxa de lucro?” (HARVEY, 2022, p. 323). Portanto, qualquer movimento ecológico que pretenda ir “[...] além de uma política meramente cosmética ou de melhoria, deve ser anticapitalista” (HARVEY, 2022, p. 328).

Löwy (2020, não paginado) destaca que ações como

[...] ‘capitalismo verde’, ‘mercados de crédito de emissões’, ‘mecanismos de compensação’ e outras manipulações da chamada ‘economia de mercado sustentável’ provaram ser completamente ineficazes. Enquanto a ‘ecologização’ está sendo feita a cada curva, as emissões estão disparando e a catástrofe está se aproximando rapidamente.

Vivenciamos um cenário distópico em que, ao mesmo tempo em que preparam bunkers (MELLO, 2023) (ou sonham com fugas para Marte) para se protegerem de um possível colapso climático, as elites mundiais buscam formas de obter ainda mais lucros com as oportunidades abertas pelo colapso. Isto é um indício de que o capital

[...] pode perfeitamente continuar a circular e se acumular sob condições de catástrofe ambiental. Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um ‘capitalismo do desastre’ lucrar com prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de habitats prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável (HARVEY, 2022, p. 324).

O aproveitamento das oportunidades pelo grande capital muitas vezes aparece travestido de uma “louvável” roupagem de anseio por mudança, como, defesa de uma economia verde, transição energética sustentável, utilização de produtos menos poluentes etc. Ou, então, se aproveitando diretamente dos efeitos do colapso ambiental como forma de destruição de capital fixo (com vidas humanas incluídas

no processo) e início de novos ciclos de extração de valor na substituição de tal capital.

Com esse intuito, toda uma indústria da tragédia (ou capitalismo de desastre) começa a se estruturar. É o caso de empresas como a Alvarez & Marsal, que atuou, por exemplo, na recuperação de desastres como o furacão Katrina em New Orleans nos Estados Unidos no ano de 2005, Brumadinho (2019) em Minas Gerais e que firmou parcerias com a prefeitura de Porto Alegre após as cheias que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024 (DIAS, 2024). Essa lógica de reconstrução traz junto a necessidade do aprofundamento das sempre infalíveis práticas neoliberais.

Alves (2024) destaca que, entre as medidas de recuperação propostas pela Alvarez & Marsal na reconstrução de New Orleans, constam medidas de gestão alinhadas às diretrizes neoliberais, cortando gastos com serviços públicos como educação. Apenas em New Orleans foram demitidos mais de 7 mil professores com o intuito de tornar a gestão pública mais eficiente e abrir caminho para a privatização do sistema público.

Ou seja, “[...] cidades onde há descontrole de serviços públicos ou devastação por tragédias naturais, viram laboratório para empresas privadas lucrarem com planos de recuperação” (ALVES, 2024, não paginado). Permitem a instalação de condições favoráveis para “[...] os urubus da crise criarem novas fronteiras de acumulação de capital – e implantarem as reformas e medidas antipopulares que tanto desejam” (DIAS, 2024, não paginado).

Isto significa dizer que

[...] o capital prospera e evolui por meio da volatilidade dos desastres ambientais localizados, que não só criam novas oportunidades de negócios, como também fornecem um disfarce conveniente para esconder as falhas do capital: a ‘mãe natureza’, caprichosa, imprevisível e teimosa, é quem leva a culpa pelas desgraças que em boa parte são causadas pelo capital (HARVEY, 2022, p. 331).

Se por um lado a negação, inação ou a busca por vantagens diante dos problemas desencadeados pela crise climática que vivenciamos sejam totalmente compreensíveis como ações necessárias para a manutenção dos privilégios de classe e aos interesses do capital, o mesmo não ocorre na perspectiva das classes subalternas, as principais vítimas da degradação ambiental.

Diante disso, existe uma necessidade em se negar as condições que possibilitem uma compreensão da atual situação, bem como o acesso aos conhecimentos que permitam uma avaliação do problema pelas massas subalternas. Tal ofensiva se dá por meio de um processo de difusão ideológica que se vale de ideias obscurantistas, descrédito sistemático do conhecimento científico, sucateamento das instituições científicas que estejam minimamente fora do controle direto dos interesses do capital e toda uma rede de desinformação estruturada em torno das redes sociais digitais.

É com o objetivo de pôr em circulação esse projeto obscurantista que uma rede de intelectuais dos mais variados setores busca operar junto às classes subalternas causando confusão e tentando impedir a tomada de consciência necessária para perceber as contradições do capitalismo no que diz respeito à sustentabilidade social e ambiental.

OBSCURANTISMO E DESINFORMAÇÃO COMO PROJETO

Se, como buscamos argumentar anteriormente, os interesses de classe e as diretrizes da lógica do capital são os responsáveis principais para a negação da realidade material e para a inação frente às mudanças necessárias, o que justifica a apatia das massas perante uma tragédia anunciada na qual serão os maiores afetados?

Tal questionamento se torna ainda mais incompreensível quando presenciamos que ao invés de precisar recorrer a estruturas repressivas para conter as pressões populares por mudanças significativas, as elites contam com o consentimento popular. Tal consentimento se dá por meio da adoção de argumentos que implicam na negação

dos problemas que nos afligem ou com um completo desconhecimento do tema, independente da sua relevância.

Retomamos o argumento apresentado anteriormente de que, caso medidas efetivas de mitigação e superação dos problemas climáticos fossem adotadas, isso implicaria em superar as próprias estruturas do capitalismo, dada a impossibilidade da resolução da contradição capital/preservação ambiental sem a superação das próprias condições estruturais que levam a atual relação metabólica produção/natureza. Como aponta Schlesner (2024, p. 223),

a violência contra as classes subalternas lançadas no desemprego e na miséria e na destruição do meio ambiente, o desprezo pelo conhecimento científico, a apologia à violência e a disseminação do ódio, são alguns dos problemas sociais a serem enfrentados.

Diante disso, restam apenas medidas que não alterem as estruturas do problema. Para isso, é necessário a criação de estratégias que não permitam que a contradição fundamental seja exposta e compreendida pelos bilhões de homens e mulheres interessados na manutenção de condições planetárias favoráveis à vida da espécie humana no planeta.

É nesse sentido que a busca pelo consentimento passivo das massas passa pela instituição de um senso comum que busca materializar elementos da ideologia hegemônica e, para isso, a atuação dos intelectuais é essencial. Para Gramsci (1999), o senso comum trata-se de “[...] uma concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 1999, p. 114).

No atual contexto social, o senso comum almejado e ideologicamente construído para a manutenção do consenso passa por alguns pontos-chave. 1) A naturalização da ideologia neoliberal como única forma possível, inclusive interiorizando elementos neoliberais para a gestão da vida privada tais como, empreendedorismo de si, defesa

da meritocracia etc.; 2) A utilização de fragmentos desconexos de questões científicas e técnicas, de modo a permitir a manipulação de ideias e conceitos, mas impedindo uma real apropriação dos fundamentos necessários para a compreensão do conhecimento produzido; e 3) A utilização de pautas morais que sustentem maniqueísmos como bem e mal, nós e eles, amigos e inimigos etc.

Com esse intuito se recorre à ação de intelectuais que contribuam para a manutenção de um permanente pânico moral, de fundamentalismos religiosos, de elogios à segurança propiciada pela militarização da vida e, até mesmo, de concepções neofascistas, misóginas, machistas, entre outros.

Como condição para a manutenção destes elementos ideológicos no senso comum, é necessário negar o acesso a um conjunto de saberes, práticas e conhecimentos que possibilitem a população a passagem do senso comum (conjunto de conhecimentos fragmentados e desconexos) para o bom senso⁵. Ou seja, impedir que se desenvolvam condições que possibilitem a percepção crítica dos problemas naturais e sociais e das possíveis soluções para os mesmos. Isso porque

superar o senso comum significa superar uma visão de mundo fragmentária que, por suas condições, nos mantém vinculados ao saber dominante; implica, por suposto, compreender e criticar o instituído, elaborando um modo de pensar autônomo (SCHLESENER, 2024, p. 204).

Ao negar o acesso a tais conhecimentos, objetiva-se também impedir que se desenvolvam intelectuais orgânicos que trabalhem em prol dos interesses das classes subalternas e que possam se tornar dirigentes em um processo que vise a superação das contradições postas. A formação desses intelectuais e dirigentes é essencial para que haja uma mudança significativa nas posturas e ações referentes à crise climática, uma vez que a inação e a ocultação dos problemas

.....
5 Para Gramsci (1999, p. 98), o bom senso consiste no núcleo sadio do senso comum “[...] e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente”.

é uma das condições necessárias para que se mantenham as atuais engrenagens de exploração natural e humana responsáveis pela reprodução do capitalismo. Nesse cenário, “[...] interesses econômicos e políticos de uma classe social podem impulsionar ou cercear ou impedir a busca das verdades sobre a natureza, a sociedade, as relações entre sociedade e natureza etc” (DUARTE, 2022, p. 56).

Podemos, desta forma, falar em um projeto político que se vale do obscurantismo para garantir os interesses de classe. Se, por um lado, temos a hegemonia do neoliberalismo como programa político, o obscurantismo em suas mais diversas manifestações (econômico, fundamentalismo religioso, científico etc.) torna-se condição necessária para a manutenção dessa hegemonia. Isto porque o “[...] neoliberalismo e o obscurantismo são duas faces da mesma moeda” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 717).

O obscurantismo se manifesta quando “[...] há um esforço deliberado para que o conhecimento não avance ou para que as pessoas não tenham acesso aos conhecimentos já existentes, ou seja, um esforço para a manutenção da ignorância” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 731).

Projetos políticos que se valem do obscurantismo buscam

[...] eternizar relações de poder que são favoráveis a determinados setores da sociedade e, para isso, precisa difundir preconceitos sobre qualquer pessoa, grupo ou linha de pensamento que possa pôr em questão essas relações de poder (DUARTE; MAZZEU; DUARTE 2020, p. 732).

Assim, a circulação de visões de mundo obscurantistas; o ataque sistemático ao conhecimento científico; o descrédito de instituições e intelectuais que fazem ciência; o boicote a uma educação pública e a manutenção de uma estrutura tecnológica que facilite a disseminação de desinformação podem ser consideradas um projeto. Projeto este que tem por finalidade impedir o desenvolvimento das

condições que permitiriam às classes subalternas a compreensão crítica da realidade em que estão inseridas.

É importante destacar que “[...] a luta do obscurantismo contra o conhecimento é sempre uma luta política e socialmente reacionária, é uma reação à possibilidade de mudanças profundas nas estruturas e nas dinâmicas de uma sociedade” (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 732). Tal ponto fica explícito se voltarmos à questão referente às transformações necessárias ao enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Diversas estratégias são postas simultaneamente em ação com o objetivo de confundir deliberadamente a população e dar margens às convenientes ideias obscurantistas. São ações que visam deslegitimar o conhecimento científico, dirigindo ataques às instituições produtoras de ciência e aos intelectuais comprometidos com o rigor ético e metodológico necessários à pesquisa científica, sob o argumento de que estão dominadas por ideologias que buscam minar as bases tradicionais da sociedade.

Ou, então, pela tentativa de banalizar a ciência, buscando criar uma imagem de que o conhecimento científico se trata de uma das possíveis opiniões, igualando os conhecimentos sistematizados e rigorosamente desenvolvidos aos que circulam ao nível do senso comum. Ponto este que a atuação de intelectuais sem comprometimento ético e metodológico, “[...] sem preocupação com as evidências históricas ou mesmo com a veracidade dos fatos” (SCHLESENER, 2024, p. 131), de forma muito similar aos intelectuais lorianistas combatidos por Gramsci (2001), é fundamental.

Uma outra estratégia na disseminação do obscurantismo social que aprisiona as massas na ignorância e inércia, que é diretamente dependente da atuação de “novos lorianistas”, é a parodização do conhecimento científico. Tal ofensiva busca criar deliberadamente estratégias para que teorias da conspiração, pseudociências assim como interesses específicos de grupos sejam apresentados com uma roupagem científica e acadêmica.

Trata-se de uma abordagem que não tem por objetivo incitar as pessoas a desacreditarem na ciência, mas sim de “[...] provocar a dúvida e a desconfiança sobre uma certa ciência, restrita a certos grupos de pesquisadores, em certas instituições que, de forma proposital, passam a ser associadas a certos ‘interesses escusos’” (GUIMARÃES, 2022, p. 3).

Ao se aproveitar do contexto artificialmente produzido de polarização social que se baseia num constante embate do bem contra o mal, busca-se mimetizar, campos do conhecimento sistematizado apresentando o “outro lado” (o bem) da ciência. É o caso de “teorias” como o Design inteligente, em oposição a teoria da evolução em biologia (HENTGES; ARAÚJO, 2020, p. 4) e revisionismos históricos como os realizados por plataformas como o Brasil Paralelo, se contrapondo a história ideológica esquerdista desenvolvida nas universidades (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020).

Com esse intuito, são utilizados como critério de cientificidade para a defesa de interesses específicos e propulsão de desinformação, a seleção de cientistas sem o mínimo rigor e de estudos científicos específicos que validariam certas ideias ideologicamente convenientes. Quase sempre ideias sem nenhuma aceitação dentro da sistematização do conhecimento e do consenso científico. A marginalização destes cientistas se daria por conta de um complô de cientistas (do mal) em ocultar a verdade da população.

Tal prática foi amplamente utilizada durante a pandemia de Covid-19 com “estudos científicos” e intelectuais a serviço do projeto obscurantista (políticos, jornalistas, médicos, cientistas etc.) recomendando a utilização de medicamentos já amplamente tidos como ineficientes, como a cloroquina, e mesmo apresentando os perigos das vacinas enquanto propunham soluções como a “imunidade de rebanho”.

Essa é uma estratégia recorrente também quando o tema são as mudanças climáticas antropogênicas. Na mídia ou em ações que buscam questionar a natureza antropogênica das mudanças climáticas são frequentes a participação de nomes como Ricardo Felício, da

Universidade do Estado de São Paulo e Luiz Carlos Baldicero Molion, da Universidade Federal de Alagoas, ambos sem relevância acadêmica na área, mas tomados como grandes especialistas em bolhas de desinformação, conforme apontado por Miguel (2020) e por Pontes, Soares e Geraque (2023).

Tais intelectuais, inclusive, estão diretamente relacionados a setores do agronegócio brasileiro (Miguel, 2022), muitas vezes interessados em negar os problemas ambientais e “passar a boiada” com relação às legislações ambientais. Ricardo Felício inclusive foi cotado para ser ministro do meio ambiente do governo Bolsonaro (Matoso, 2018). Diante do exposto, fica evidente a necessidade do combate aos intelectuais vinculados ao projeto obscurantista e ao negacionismo científico. Tais intelectuais, orgânicos ao neoliberalismo, são frequentemente alinhados a interesses políticos e econômicos e distorcem a ciência para promover agendas obscurantistas, colocando em risco vidas e o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos inferir da análise precedente, qualquer problema decorrente das contradições internas ao modo de produção capitalista não pode ser encarado de forma isolada. Por este motivo, pensar em soluções para a crise climática antropogênica atual implica perceber as múltiplas conexões econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas que permitiram a falha metabólica propiciada pelo modo de produção capitalista na relação dos seres humanos com o ambiente natural. Além disso, é fundamental a compreensão das condições que possibilitam o ocultamento dos problemas e a consequente inércia com relação a tomada de atitudes que objetivem suas resoluções, ponto este que está diretamente relacionado à atuação dos intelectuais.

Nesse sentido, consideramos que as propostas e ações de Gramsci no combate aos danosos efeitos dos intelectuais lorianistas sobre

o movimento operário podem servir para pensarmos formas de enfrentamento ao projeto obscurantista em curso.

Uma das ações propostas e colocadas em prática por Gramsci é o enfrentamento direto aos intelectuais que atuam junto às massas populares para causar confusão e gerar a apatia necessária a manutenção da ordem estabelecida. Durante o período que se dedicou à produção de escritos jornalísticos destinados aos operários, de 1915 a 1926, por diversas vezes Gramsci dirigiu-se à figura de Achille Loria com o intuito de desmascará-lo perante os trabalhadores. Ou seja, mostrar a falta de rigor, a bizarrice de suas concepções, a natureza pseudocientífica de suas teorias etc.

Não raras vezes, Gramsci recorria ao sarcasmo e a ironia para tentar despertar o bom senso dos operários com uma apropriada alfinetada, com o intuito “[...] de criar a aversão ‘instintiva’ pela desordem intelectual, acompanhando-a com o senso do ridículo” (GRAMSCI, 2001, p. 266). A atuação de Gramsci com relação a Loria e demais intelectuais lorianistas mostra a necessidade de se atuar junto às classes subalternas buscando desmascarar a falta de rigor, a falta de comprometimento ético e mesmo mostrar o ridículo que muitas concepções hoje defendidas representam.

Porém, cabe ressaltar que a atuação de intelectuais orgânicos aos interesses neoliberais se dá no campo da disputa pela hegemonia e tem como objetivo conduzir

[...] a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2012, p. 288).

Com esse intuito, um dos objetivos do projeto obscurantista é garantir a hegemonia cultural da ideologia neoliberal necessária à manutenção de um Estado neoliberal. Essa hegemonia permite a dominação, por meio de força e consenso, de corpos e mentes de

modo a impor relações sociais e produtivas que sustentem o individualismo, a meritocracia e a responsabilização individual por problemas decorrentes das contradições do capitalismo.

Ou seja, relações sociais e culturais que permitem a reprodução de um imaginário social que impede que as massas populares tomem consciência das contradições que alimentam a atomização social, a competitividade entre indivíduos e um eterno desejo irrealizável por consumo. Elementos essenciais para a reprodução da ordem estabelecida e o agravamento da crise climática.

Assim, conforme aponta Schlesener (2023, p. 299–300), a “[...] crítica à sociedade capitalista nas novas dimensões que assume a ideologia mostra que a luta pela cultura popular [...]” é um dos pontos fundamentais “[...] para a organização de movimentos sociais que proponham um caminho alternativo a esta sociedade”

Por esse motivo, a construção das condições materiais capazes de fazer frente ao projeto obscurantista a serviço do capital passa pela formação de intelectuais orgânicos às classes subalternas capazes tornarem-se dirigentes num processo de reforma intelectual, moral e cultural da sociedade. Reforma esta que seja capaz de instituir relações sociais solidárias, que rompam com o individualismo neoliberal. A atuação contra-hegemônica de intelectuais orgânicos ligados aos mais variados movimentos sociais pode contribuir para a criação de novas relações ético-políticas no âmbito da sociedade e da cultura, condição esta, necessárias para “[...] a construção de uma nova concepção de mundo articulada a uma mudança estrutural da sociedade” (SCHLESENER, 2024, p. 56).

É nesse ponto que as lutas por justiça social, o combate às causas da crise climática e a superação das contradições capitalistas revelam sua profunda interligação. Todas convergem na necessidade de transformações estruturais que englobam simultaneamente as esferas econômica, ética e cultural, exigindo um enfrentamento direto tanto ao projeto obscurantista quanto aos intelectuais que lhe dão sustentação teórica e política.

Esse enfrentamento, por sua vez, demanda a formação de dirigentes e intelectuais orgânicos às classes subalternas, que devem emergir dos diversos espaços de resistência frutos da organização popular. A formação destes intelectuais orgânicos

[...] envolve tanto a perspectiva política de organização dos movimentos sociais pela qual se forma a consciência crítica e luta por transformações radicais, quanto os mecanismos de educação que a sociedade oferece, entre eles, todo o sistema escolar (SCHLESENER, 2017, p. 33).

Porém, é importante não perdermos de vista que não interessa a atual hegemonia neoliberal a aquisição por parte das massas populares dos conhecimentos que possibilitem uma melhor leitura da realidade material e social em que estão inseridos. Muito menos o desenvolvimento de condições que permitam a formação de indivíduos autônomos e com pensamento livre, capazes de serem dirigentes num processo radical de transformação da sociedade. Portanto, a formação de intelectuais orgânicos ligados às classes populares não só se configura como uma resistência ao projeto obscurantista e aos intelectuais a ele associados, mas também se revela fundamental para a construção de alternativas à atual relação dos seres humanos com o ambiente natural. Essas alternativas são essenciais para enfrentar de maneira efetiva a crise climática de origem antropogênica, diretamente derivada das contradições inerentes ao sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cintia. Como a Alvarez & Marsal, que vai gerir a crise em Porto Alegre, capitaliza com desordens e tragédias naturais. *Jornal GGN*, 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/como-alvarez-marsal-capitaliza-com-desordens-e-tragedias-naturais/>. Acesso em: 07 maio 2025.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria Das Graças E. O metabolismo social e sua ruptura no capitalismo: aspectos históricos e

sua configuração na etapa da financeirização da natureza. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 151–173, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45306>. Acesso em: 07 maio 2025.

DIAS, Tatiana. Eles veem oportunidade na tragédia no Rio Grande do Sul. *Intercept_Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/21/eles-veem-oportunidade-na-tragedia-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DUARTE, Newton. O significado político da objetividade do conhecimento e de sua difusão: argumentos contra o negacionismo e o relativismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 55–72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51490>. Acesso em: 07 maio 2025.

DUARTE, Newton; MAZZEU, Francisco José Carvalho; DUARTE, Elaine Cristina Melo. O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. *Revista online de Política e Gestão Educacional*, [S. l.], v. 24, n. esp. 1, p. 715–736, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766275004/html/>. Acesso em: 07 maio 2025.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume I. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume II; edição e tradução, Carlos

Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume III; edição e tradução, Carlos

Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Negacionismo científico: do debate epistemológico à luta de classes. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1–7, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/gvsVShLTgWMXgC9CymjcPJv/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

HENTGES, Cristiano Roberto; ARAÚJO, Aldo Mellender De. Uma abordagem histórico-crítica do Design Inteligente e sua chegada ao Brasil. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, SP, v. 15, n. 1,

p. 01–19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fhb/article/view/fhb-v15-n1-01>. Acesso em: 07 maio 2025.

LÖWY, Michael. Treze teses sobre a catástrofe ecológica iminente. *A Terra é Redonda*, 2020. Disponível em: <https://atterraeredonda.com.br/treze-teses-sobre-a-catastrofe-ecologica-iminente/>. Acesso em: 07 maio 2025.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45816>. Acesso em: 07 maio 2025.

MATOSO, Camila. Bolsonaro cogita professor que nega aquecimento global para Meio Ambiente – Painei. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/12/06/bolsonaro-cogita-professor-que-nega-aquecimento-global-para-meio-ambiente/>. Acesso em: 07 maio 2025.

MELLO, Antonio. Por que Zuckerberg e outros bilionários estão construindo bunkers? O que sabem? O que temem? *Fórum*, 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/12/22/por-que-zuckerberg-outros-bilionarios-esto-construindo-bunkers-que-sabem-que-temem-149952.html>. Acesso em: 07 maio 2025.

MIGUEL, Jean. Negacionismo climático no Brasil. *Coletiva*, Recife, PE, Dossiê 27, Crise climática, 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-negacionismo-climatico-no-brasil>. Acesso em: 07 maio 2025.

MIGUEL, Jean. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 293–315, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

PICOLI, Bruno Antonio; CHITOLINA, Vanessa; GUIMARÃES, Roberta. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: A verdade da “Brasil Paralelo”. *Revista UFG*, [S. l.], v. 20, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 07 maio 2025.

PONTES, Nádia; SOARES, Gisele; GERAQUE, Eduardo. Ricardo Felício, professor negacionista, ausente e midiático. *DW Brasil*, 2023.

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ricardo-fel%C3%ADcio-professor-negacionista-ausente-e-midi%C3%A1tico/a-66074650>. Acesso em: 07 maio 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. Democracia e formação humana: a dimensão ideológica destes conceitos no contexto da sociedade capitalista. *Revista Dialectus*, [S. l.], n. 10, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/19918>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. A educação popular a partir dos escritos jornalísticos de Antonio Gramsci (1916–1918). *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 287–300, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54290>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia, intelectuais e educação nos escritos de Gramsci*. Ponta Grossa, PR: Uepg, 2024. E-Book.